



# PRESENÇA FEMININA DAS FORÇAS ARMADAS

*MARCO ANTONIO DAMASCENO VIEIRA*  
Consultor Legislativo da Área XVII  
Defesa Nacional, Segurança Pública  
Forças Armadas

DEZEMBRO/2001

NOTA TÉCNICA

© 2001 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o(s) autor(es) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.



**Câmara dos Deputados**  
**Praça dos 3 Poderes**  
**Consultoria Legislativa**  
**Anexo III - Térreo**  
**Brasília - DF**

## **ALEMANHA**

---

O alistamento feminino nas Forças Armadas alemãs, em atividades na área de saúde e nas bandas de música, existe desde 1975. Em janeiro de 2000 foi aberto o acesso para as demais atividades. Ao final do ano, já havia 4.512 mulheres militares (1,1% do efetivo total).

## **BÉLGICA**

---

A primeira mulher entrou nas Forças Armadas em 1975, mas só em 1981 foi autorizada a generalização da participação feminina. Em 2000, as mulheres militares somavam 3.147 (7,4% do efetivo total).

## **BRASIL**

---

De acordo com a Constituição brasileira, as mulheres são isentas do Serviço Militar. Mas isso apenas na teoria. Na prática, o que era antes um território exclusivo dos homens, está abrindo de vez suas portas e tornando-se, nos últimos anos, um novo campo de trabalho para mulheres que pretendem seguir a carreira militar.

Incentivado pelo aumento do número de interessadas, o Exército Brasileiro instituiu a participação feminina em diversas áreas de seus quadros. Em 1992, a Escola de Administração do Exército (EsAEx), em Salvador, na Bahia, matriculou a primeira turma de 49 mulheres, que se formaram oficiais (1º Tenente) do Quadro Complementar. Hoje já são 2.170 oficiais femininas no serviço ativo.

Durante os cursos da EsAEx, todos os alunos, homens ou mulheres, recebem a mesma instrução básica, com marchas a pé e motorizadas, acampamentos, tiro real, jogos de

guerra em computador e manobras logísticas. As adaptações físicas da Escola se limitaram às instalações sanitárias, com a construção de banheiros e vestiários privativos.

Com exceção da área de combate, não há restrições na carreira militar para as mulheres. De acordo com o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), a instituição não criou um “quadro feminino” pois as mulheres passaram a integrar funções já existentes, trabalhando nas mesmas condições dos oficiais do sexo masculino e concorrendo igualmente às promoções.

Mas o que leva uma mulher a ingressar na carreira militar? Para o Exército, os motivos são a vocação pela carreira, o respeito e a organização da instituição, a perspectiva de ascensão profissional, a estabilidade e uma alternativa profissional promissora.

“No meu caso foi a atração pelo novo, pelo inusitado. As Forças Armadas sempre exerceram fascínio para o segmento feminino. Além do que, o excelente campo de trabalho e a segurança são fatores atrativos”, diz a Primeiro-Tenente Regina Lemos, redatora da seção de Produção e Divulgação do CCOMSEX. Já para a Primeiro-Tenente Cristina Joras, relações-públicas do CCOMSEX, o Exército foi uma oportunidade de aprender e de se superar, descobrindo que seu limite de realizar qualquer atividade estava além do que imaginava. “O ingresso no Exército me deu a oportunidade de trabalhar na minha especialização, com a estabilidade de um futuro certo em um mundo tão incerto, em que terminamos a faculdade e não há espaço no mercado de trabalho”, analisa Cristina.

## **CANADÁ**

---

Em 2000, as mulheres eram 6.663 (10,8% do efetivo total). A presença feminina data de 1899, quando foi criado o primeiro corpo de enfermeiras militares do Canadá. As restrições a determinadas especialidades foram eliminadas na década de 80, à exceção do serviço em submarinos.

## **DINAMARCA**

---

A participação feminina, ainda restrita, existe desde 1971. Em 1974, abriram-se as portas das academias militares, mas continuou fechada a participação em missões de combate. Na década de 90, essas restrições foram abolidas. Em 2000, representavam 5,5% dos efetivos.

## **ESPANHA**

---

A legislação sobre mulheres data de 1988. Não há reservas a postos e funções, inclusive as de combate. Só há restrições para o ingresso nas unidades da legião, de pára-quedistas de operações especiais de nos fuzileiros e na tripulação de submarinos. Somam 3,4% do efetivo total.

---

## **EUA**

---

Mais de 40 mil mulheres participaram na guerra do Golfo, 7% dos efetivos totais em ação. Esta participação conduziu ao desaparecimento da maioria das barreiras, embora, ainda em 1995, houvesse restrições em unidades de infantaria, blindados, artilharia de campo, forças especiais e regimento de infantaria dos Fuzileiros Navais. O posto mais alto atualmente ocupado por uma mulher é o General de Divisão.

---

## **FRANÇA**

---

Nos anos 40, foram formados os primeiros corpos auxiliares femininos, mas só em 1972 foi criado o serviço militar para as mulheres, não obrigatório. Em 2000, 8,5% dos militares eram mulheres, embora ainda existam restrições ao acesso às unidades que participam do combate.

---

## **ITÁLIA**

---

Um caso raro de conservadorismo. Somente em setembro de 1999, o Parlamento italiano aprovou uma lei sobre voluntariado feminino. Em 2000, foram abertas 250 vagas para mulheres nas academias militares.

---

## **INGLATERRA**

---

A mulher mais famosa das Forças Armadas britânicas continua a ser Florence Nightingale, que integrou o corpo de enfermeiras durante a guerra da Criméia. Hoje as mulheres estão integradas nas três Forças, mas não podem ingressar nas unidades de infantaria, de blindados, de submarinos, de fuzileiros e ao regimento da Royal Air Force. Representam 7,9% do efetivo total.

---

## **PORTUGAL**

---

Já somam 2.957 as mulheres nas Forças Armadas portuguesas, o que representa uma colocação média em comparação com as demais Forças Armadas européias.

Uma das primeiras mulheres a entrar no Exército teve direito a uma “suíte de luxo” no quartel, com banheiro privativo. Outras cumpriram o serviço militar de tênis por que não existiam calçados militares com números pequenos. Mas isso foi há 10 anos.

O serviço militar feminino voluntário foi criado em Portugal em 19 de junho de 1991 e, de imediato, 170 mulheres responderam ao convite. As primeiras portas a abrirem-se às mulheres foram as dos serviços médicos.

Hoje em dia, é na Força Aérea, em termos proporcionais, onde existem mais mulheres: são 1.002, de um total de 2.957 militares femininos.

Portugal foi um dos últimos países a aceitar o voluntariado feminino mas, ao contrário de outros, não impõe restrições ao desempenho de todas as funções de combate. A Força Aérea abriu, em 1991, o acesso das mulheres a todas as especialidades. Atualmente, já existem cinco pilotos femininos, sendo o posto mais alto exercido o de Major, na especialidade de Administração Aeronáutica.

O Exército, por sua vez, só abriu as especialidades de combate às mulheres em 1996. Contudo, funções como a artilharia ou as operações especiais, ainda permanecem vedadas. A alegação é que elas não se interessam pelo preenchimento das vagas existentes. No, entanto há casos em que as voluntárias são colocadas onde convém à hierarquia e não por escolha própria. E também há casos em que são as próprias mulheres a confessar a dificuldade em manobrar certas armas de fogo. Efetivamente, estas são, por vezes, demasiado longas para o alcance do braço de uma mulher.

O Exército tem 1.575 mulheres. As que ascenderam mais alto na carreira são seis Majores. Do total, 974 são praças.

Na Marinha, onde existem apenas 380 mulheres, as coisas têm andado mais lentamente. Desde 1991, a portaria de serviço militar feminino já foi revista duas vezes. Só a partir de 1994, a Escola Naval foi aberta ao ingresso de mulheres. A especialidade de fuzileiro continua vedada.

A Marinha tem outra particularidade em relação às outras duas Forças: enquanto as instalações próprias nos quartéis são fáceis de resolver, dentro dos navios isto fica mais difícil. Os submarinos não podem receber mulheres e há navios onde só existe alojamento para as oficiais, em camarotes. No entanto, os principais navios, de combate e de grande porte, já estão sendo remodelados.

No entanto, a integração das mulheres foi mais fácil na Marinha e mais difícil no Exército. De acordo com pesquisas feitas junto a todas as mulheres que prestaram serviço efetivo em 1994, apenas um 25% admitiram que a condição de mulher lhes trouxe dificuldades dentro das atividades nas Forças Armadas. As mulheres que se encontram em especialidades mais operacionais foram as que demonstraram ter tido maiores dificuldades de adaptação, embora também tenham sido as que revelaram mais altos níveis de motivação institucional, de satisfação com a experiência e de vontade de permanência nas Forças Armadas.

As razões que as levaram a optar pela vida militar foram principalmente a possibilidade de desenvolver uma atividade de prestígio, de ter melhores oportunidades do que na vida civil e a fuga à rotina.

Com o ingresso de mulheres nas Forças Armadas foi necessário alterar o regulamento de apresentação dos militares. Foi preciso também criar novas tabelas de educação física, assim como novos modelos de uniformes. Os direitos relacionados com a maternidade implicaram normas mais flexíveis nos turnos de embarque e a dispensa de determinadas funções em caso de gravidez. Em muitos países, a maternidade é uma das principais causas que levam as mulheres a abandonar as Forças Armadas.